

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ. : 61.699.567/0043-41
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2020. São Paulo, 28/02/2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2019	2018
Ativo Circulante	39.187.265,24	73.353.620,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	153.249,46	441.908,50
Bancos conta movimento (nota 3.1)	6.342,77	3.346,93
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	146.906,69	438.561,57
Clientes	38.203.201,34	72.320.979,52
Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (nota 3.3.1)	24.009.709,16	58.626.285,27
Valor Estimado - Rescisão de Contrato	-	6.138.390,62
Valores em Negociação	-	-
Contrato Convênio (nota 3.3.2)	14.193.492,18	7.556.303,63
Outros Créditos	248.648,57	176.181,11
Adiantamentos a fornecedores	8.299,99	-
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	179.614,00	112.122,64
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.2)	36.976,13	37.160,63
Depósito judicial (nota 3.4.3)	23.203,00	26.703,00
Antecipações salariais	555,45	194,84
Despesas Antecipadas	9.331,88	9.836,92
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.6)	9.331,88	9.836,92
Estoques (nota 3.5)	572.833,99	404.714,54
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	70.945,39	20.601,25
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	236.336,21	157.550,74
Materiais de Almoarifado	265.552,39	226.289,91
Materiais de Terceiros	-	272,64
Ativo Não Circulante	9.258.614,75	2.601.146,34
Diversos Valores a Receber	7.027.316,81	-
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.7)	7.027.316,81	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)	2.204.360,14	2.593.021,34
Imobilizado - Bens de Terceiros	5.771.512,52	5.613.769,48
Ajuste de vida útil - bens de terceiros	(3.567.152,38)	(3.020.748,14)
Ativo Intangível (nota 3.8)	8.125,00	-
Intangível de Terceiros - Saúde	43.363,95	18.750,00
Ajuste Vida Útil Econôm. Intangível Terceiros	(16.426,15)	(10.625,00)
Total do Ativo	48.445.879,99	75.954.766,93

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	Dez/19	Dez/18
-----------	--------	--------

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Superávit /Déficit do exercício/período - -

Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais

Depreciação e amortização - -

Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado - -

Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido - -

Variações nos ativos e passivos

(Aumento) Redução em contas a receber 34.117.778,18 (44.198.836,53)

(Aumento) Redução outros créditos (7.099.784,27) 58.057.542,47

(Aumento) Redução de despesas antecipadas 505,04 (0,01)

(Aumento) Redução em estoques (169.480,75) 46.122,14

Aumento (Redução) em fornecedores 105.120,24 1.641.928,36

Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão (22.687.604,53) (18.394.286,85)

Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões (4.555.192,95) 1.583.001,85

Aumento (Redução) de Bens de Terceiros (369.848,40) (569.005,95)

Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais (658.507,44) (1.833.534,52)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado - -

(-) Aquisições de imobilizado - -

(-) Adição de Bens de Terceiros 369.848,40 569.005,95

(-) Adição de bens intangíveis - -

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos 369.848,40 569.005,95

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Captação de Empréstimos e financiamentos - -

(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos - -

Juros pagos por empréstimos - -

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos

Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa (288.659,04) (1.264.528,57)

Saldo inicial de Caixa e equivalente 441.908,50 1.706.437,07

Saldo final de Caixa e equivalente 153.249,46 441.908,50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:

A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma Instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins.

Características da Unidade Gerenciada:

Os Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, de agora em diante, denominado PSMTS, foi inaugurado em 1 de Abril de 2013, possui um instrumento de contrato de gestão nº S-90001/2013, com vigência de 5 (cinco) anos, tendo início em 02 de novembro de 2013 e término em 01 de novembro de 2018, com a importância global estimada em R\$ 323.072.000,00 (trezentos e vinte e três milhões, setenta e dois mil reais). A partir de 02 de novembro de 2018 foi assinado o terceiro termo aditivo, cujo o objeto é a prorrogação de prazo excepcional sob condição resolutive ao Contrato de Gestão nº S-90001/2013, sua vigência foi de 02 de novembro de 2018 até 07 de abril de 2019, com a importância global estimada em R\$ 69.600.000,00 (sessenta e nove milhões e seiscentos mil reais). Em 08 de abril de 2019 foi assinado o novo instrumento de contrato de gestão nº S-347/2019, com vigência de 12 (doze) meses, tendo início em 08 de abril de 2019 e término em 07 de abril de 2020, podendo ser prorrogado até o limite legal de 60 (sessenta) meses, com a importância global estimada em R\$ 77.599.997,64 (setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos). O mesmo tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no SUEMETS. Atualmente, as unidades denodas SUEMETS, estão compostas por três postos de atendimento, localizados na região do Município de Taboão da Serra, distribuídos nos seguintes endereços: Unidade Mista de Taboão da Serra, situada na Estrada Tenente José Maria da Cunha, nº 862 no Jardim Record. Pronto Socorro Infantil, situado na Rua Marechal Artur da Costa e Silva, nº 85 no Jardim Santo Onofre. Unidade de Pronto Atendimento, situada na Estrada São Francisco, nº 2.400 no Jardim Helena. Em 2019 o PSMTS recebeu recursos distribuídos da seguinte maneira: o montante de R\$ 71.093.794,37 (setenta e um milhões, noventa e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos). Sendo R\$ 70.793.594,37 (setenta milhões, setecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos), para despesas relacionadas com o custeio operacional das unidades e R\$ 300.200,00 (trezentos mil e duzentos reais) para despesas relacionadas com investimento, tais como, compras de equipamentos, obras e reformas para melhoria das unidades.

1 - Imunidade Tributária:

A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2.019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras

Passivo	2019	2018
Passivo Circulante	39.179.688,89	73.318.920,32
Fornecedores	1.211.061,36	798.960,36
Fornecedores (nota 3.9)	1.211.061,36	798.960,36
Serviços de Terceiros	1.998.804,30	2.305.785,06
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (nota 3.10)	1.998.804,30	2.305.785,06
Serviços Próprios	5.927.975,48	11.487.396,39
Salários a pagar (nota 3.11)	1.753.111,70	1.480.037,46
Contribuições a recolher (nota 3.12)	468.371,09	434.779,23
Provisão de férias (nota 3.13)	2.858.916,20	2.682.913,65
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.13)	228.294,70	214.199,08
Provisão de PIS sobre férias	-	26.829,10
Provisão de despesas com quitações	-	6.138.390,62
Empréstimo a funcionário	-	-
Lei 10.820/03 (nota 3.19)	161.385,69	139.514,74
Impostos a recolher (nota 3.14)	440.034,38	370.732,51
Acordo Trabalhista a Pagar	4.916,66	-
Benefícios	12.945,06	-
Tributos	279.382,98	250.079,67
Obrigações Tributárias (nota 3.15)	279.382,98	250.079,67
Contas a Pagar	29.762.464,77	58.476.698,84
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.17)	28.509.695,25	58.224.616,59
Serviços de Terceiros Pessoa Física	35.665,33	-
Outras contas a pagar (nota 3.16)	1.189.404,54	218.378,31
Estrutura SPDM	27.699,65	32.342,64
Recebimento de materiais de terceiros	-	1.361,30
Passivo Não Circulante	9.266.191,10	2.635.846,61
Recursos Convênios em Execução	9.258.614,75	2.601.146,34
Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.8)	5.814.876,47	5.632.519,48
Ajustes de vida útil - Bens Móveis de terceiros (nota 3.8)	(3.583.578,53)	(3.031.373,14)
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.7)	7.027.316,81	-
Outras Obrigações com Terceiros	7.576,35	34.700,27
Provisão de Despesas Processos Trabalhistas (nota 3.18.1)	7.576,35	34.700,27
Total do Passivo	48.445.879,99	75.954.766,93
Patrimônio Líquido (nota 5)	-	-
Resultado do Exercício	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	48.445.879,99	75.954.766,93

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	Dez/19	Dez/18
-----------	--------	--------

1 - Receitas

1.1) Prestação de serviços 83.020.040,42 78.986.061,38

1.2) Subvenções e outras receitas operacionais 72.963.209,81 69.724.844,38

1.3) Outras Receitas 47.784,27 12.199,45

1.4) Isenção usufruída sobre contribuições 10.009.046,34 9.249.017,55

1.5) (-) Provisão Créditos Líquidas - -

Duvidosa/Receitas anuladas E - -

2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)

2.1) Custo das mercadorias utilizadas 38.477.755,32 37.520.455,72

nas prestações d 6.465.429,32 6.057.025,40

2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro 31.457.126,94 30.932.506,91

2.3) Perda / Recuperação de valores ativos 133.979,83 41.023,50

2.4) Outros 421.219,23 489.899,91

3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)

44.542.285,10 41.465.605,66

4 - Retenções

4.1) Depreciação, amortização e exaustão - -

5 - Valor Adicionado Líquido Produzido

Pela Entidade (3-4) 44.542.285,10 41.465.605,66

6-Valor Adicionado Recebido em Transferência 180,00 4.419,35

6.1) Receitas financeiras 180,00 4.419,35

7 - Valor Adicionado Total (5+6) 44.542.465,10 41.470.025,01

8 - Distribuição do Valor Adicionado

44.542.465,10 41.470.025,01

8.1) Pessoal e encargos 32.534.989,90 30.449.698,67

8.2) Impostos, taxas e contribuições 466,23 2.692,26

8.3) Juros 294,79 6.479,39

8.4) Aluguéis 1.997.667,84 1.762.137,14

8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 10.009.046,34 9.249.017,55

8.6) Lucros retidos / prejuízo do período - -

Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. 2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra - Est. Tenente José Maria da Cunha, 862 - Jardim Record - Taboão da Serra - SP - CEP 06.783-230 - CNPJ nº 61.699.567/0043-41. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas as orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabeleceu a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição

31.12.2019 31.12.2018

C Saldo em Caixa - -

A Saldo em Bancos 6.342,77 3.346,93

A Saldo em Aplicações Financeiras 146.906,69 438.561,57

C Caixa e Equivalentes de Caixa 153.249,46 441.908,50

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2019 o montante de R\$ 153.2

Descrição	Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2019			Posição em 31/12/2018	
	Posição em 31/12/2019	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2018	%
Imobilizado-Bens de Terceiros	5.814.876,47	188.156,99	5.800,00	5.632.519,48	
Bens Móveis	5.771.512,52	163.543,04	5.800,00	5.613.769,48	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.801.798,28	17.945,60	5.800,00	2.789.652,68	
Equip Processamento de Dados	674.004,63	3.532,90	-	670.471,73	
Mobiliário em Geral	1.429.470,24	74.536,00	-	1.354.934,24	
Maq Utens e Equip Diversos	570.815,77	23.530,71	-	547.285,06	
Aparelhos de Medição	14.162,99	-	-	14.162,99	
Apar e Utens Domesticos	110.677,99	8.443,60	-	102.234,39	
Maq e Equip de Natureza Indl	79.592,75	23.300,00	-	56.292,75	
Equip p/Audio Video e Foto	45.940,27	5.811,27	-	40.129,00	
Maq Ferram e Utens de Oficina	37.967,60	6.062,96	-	31.904,64	
Outros Materiais Permanentes	7.082,00	380,00	-	6.702,00	
Intangível Bens de Terceiros	43.363,95	24.613,95	-	18.750,00	
Software	43.363,95	24.613,95	-	18.750,00	
Total Imobilizado - Terceiros	5.814.876,47	188.156,99	5.800,00	5.632.519,48	
Descrição	Posição em 31/12/2019	Baixa	Ajuste Vida Util	Posição em 31/12/2018	%
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(3.583.578,53)	48,34	552.253,73	(3.031.373,14)	
Bens Móveis	(3.567.152,38)	48,34	546.452,58	(3.020.748,14)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(1.664.976,45)	48,34	279.623,95	(1.385.400,84)	10
Equip Processamento de Dados	(668.395,00)	-	47.179,75	(621.215,25)	20
Mobiliário em Geral	(781.112,27)	-	136.769,19	(644.343,08)	10
Maq Utens e Equip Diversos	(311.233,19)	-	56.491,02	(254.742,17)	10
Aparelhos de Medição	(8.516,87)	-	1.416,36	(7.100,51)	10
Apar e Utens Domesticos	(56.286,49)	-	10.527,80	(45.758,69)	10
Maq e Equip de Natureza Indl	(30.850,64)	-	6.266,80	(24.583,84)	10
Equip p/Audio Video e Foto	(23.560,56)	-	4.158,06	(19.402,50)	10
Maq Ferram e Utens de Oficina	(18.454,82)	-	3.346,40	(15.108,42)	10
Outros Materiais Permanentes	(3.766,09)	-	673,25	(3.092,84)	10
Ajustes Software	(16.426,15)	-	5.801,15	(10.625,00)	
Software	(16.426,15)	-	5.801,15	(10.625,00)	20
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(3.583.578,53)	48,34	552.253,73	(3.031.373,14)	

Segundo o inciso II do § 3º do Art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

3.8.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A Instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

3.9 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias.

3.10 - Serviços de Terceiros: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como: limpeza, portaria e serviços de reforma.

3.11 - Salários a Pagar: De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

3.12 - Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS.

3.13 - Provisões de Férias e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

3.14 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT.

3.15 - Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do Art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2019 referente aos impostos citados acima foi de R\$ 279.382,98 e em 2018 foi de R\$ 250.079,67.

3.16 - Outras Contas a Pagar: Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição.

3.17 - Convênios / Contratos Público a Realizar (Circulante): De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contrato de gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2019 representa R\$ 28.509.695,25 (vinte e oito milhões, quinhentos e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos).

3.18 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas.

3.18.1 - Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Não houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável". O montante para o mesmo tipo de ação civil, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 2.606.399,16 (dois milhões, seiscentos e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.019, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" no montante de R\$ 7.576,35 (sete mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos), e para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 314.362,84 (trezentos e quatorze mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

3.19 - Empréstimos a Funcionários: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A Instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2019 representa R\$ 161.385,69 (cento e sessenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

3.20 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se, conforme deci-

Governamentais Municipais de R\$ 71.093.794,37 (setenta e um milhões, noventa e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme quadro abaixo:

Contrato de Gestão	R\$
NRO S-90001-2013 - T.A. 03/2018	16.459.464,21
NRO S-347/2019	54.634.330,16
CNPJ nº 61.699.567/0043-41	

5 - Patrimônio Líquido: A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2018 e 2019, respectivamente.

6 - Resultado Operacional: Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 71.093.794,37; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 152.861,90; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 72.647.170,21; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ (1.400.513,94).

6.1 Ênfase ao Resultado: O PSMTS apurou no exercício de 2019, um déficit de R\$ 1.400.513,94. Esse desequilíbrio pode estar associado, ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários, para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, entretanto, a SPDM tem tomado iniciativas na redução de custos e despesas com pessoal, materiais e medicamentos, para assim, reverter este cenário nos próximos anos.

7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do Art. 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a Entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados.

Produção - 2019	SUS
Linha de Atendimento	4694
Internações	4.722
Saída Hospitalar	25.264
Nº de paciente dia	686
Nº de Cirurgias (Cesária, Curetagem, Laqueadura)	989
nº de Partos	N.A.
Diárias de UTI - Total	N.A.
Internação/Atendimento Domiciliar	N.A.
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	504.672
Atendimento Ambulatorial - Total	N.A.
Consulta médica	N.A.
Atendimento não médico	N.A.
HD/Cirurgia ambulatorial	N.A.
SADT - Total	684.594

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - Exercício 2019		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Contrato / Convênio	70.793.594,37	300.200,00
Receitas Financeiras e Outras Receitas	152.317,61	-
Total das Receitas	70.945.911,98	300.200,00
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	31.867.155,67	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	39.580.546,50	87.068,85
Total das Despesas	71.447.702,17	87.068,85

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2019	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Atendimento Urgência / Emergência	248.900	258.741	250.800	245.931	499.700	504.672
Saídas Hospitalares	2.100	2.391	2.340	2.331	4.440	4.722

A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2019 foi de R\$ 2.177.976,16 (dois milhões, cento e setenta e sete mil, novecentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos).

9.4 - Isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento: A isenção do Programa de Integração Social (PIS) também está baseada na condição filantrópica da Entidade. Classificada em conta específica no montante de R\$ 131.336,39 (cento e trinta e um mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos), referente ao período de agosto a dezembro de 2019. Em virtude do Acórdão Publicado em 03/07/2019 pelo desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão abaixo. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 1.391.508,74 (um milhão, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e oito reais e setenta e quatro centavos) pagos no período de 2013 a 2019, mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020.

9.5 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93 (dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos).

10 - Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

11 - Exercício Social: Conforme estabelece o Art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31 de Dezembro de 2019.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM
Dr. Bráulio de Melo Araújo - Diretor Técnico
Lucieni Mauro - Contadora - CRC - 1SP 260.424/O-5

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsa-

bilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Respon-

continua

► **continuação** **habilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior – Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

FUNDAÇÃO DO ABC - AME MAUÁ

CNPJ 57.571.275/0016-89

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em reais)

Balanco Patrimonial			Demonstração de Superávit (Déficit)			Demonstração do Fluxo de Caixa - (Em Reais)		
	2019	2018		2019	2018		2019	2018
Ativo			Receitas	11.424.780	11.248.131	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Ativo Circulante	333.321	720.369	Receitas Atividades Acadêmicas	-	-	Resultado do exercício	(414.141)	105.183
Disponível e Aplicações	228.667	364.443	Gratuidades Acadêmicas	-	-	Ajustes ao resultado do exercício	-	(223.019)
Créditos	545	250.545	Receitas de Saúde	11.381.256	11.208.015	Depreciação e amortização do período	-	-
Estoques	104.109	105.381	Receitas Financeiras	32.348	39.122	Realização da Reserva de Reavaliação	-	-
Ativo Não Circulante	-	-	Receitas Não Operacionais	11.176	994	Provisão contingencial	-	-
Realizável a Longo Prazo	-	-	Despesas / Custos	(11.838.921)	(11.142.948)	Ajustes patrimoniais	-	(223.019)
Imobilizado	-	-	Despesas com Materiais	(507.571)	(421.092)	Resultado ajustado	(414.141)	(117.836)
Total do Ativo	333.321	720.369	Prestadores de Serviço	(5.991.840)	(5.775.472)	Variações nos ativos e passivos:	276.218	(5.002)
Passivo	2019	2018	Despesas com Pessoal	(4.887.954)	(4.585.577)	(Aumento) em créditos a receber	250.000	(130.000)
Passivo Circulante	481.567	456.621	Gratuidades Acadêmicas	-	-	(Aumento) nos estoques	1.272	(28.227)
Empréstimos Bancários	-	-	Residência Médica	-	-	(Aumento) em direitos de longo prazo	-	-
Fornecedores	143.033	345.927	Despesas Acadêmicas	(79.909)	(75.885)	Aumento em obrigações de curto prazo	24.946	153.225
Obrigações com Pessoal	221.358	6.631	Despesas Financeiras	(7.537)	(7.714)	Aumento em outras obrigações de longo prazo	-	-
Encargos Sociais	98.730	90.708	Despesas Gerais	(231.161)	(261.699)	Aumento de receitas antecipadas	-	-
Obrigações Acadêmicas	-	-	Baixa do Imobilizado	(132.950)	(15.510)	Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas nas atividades operacionais	(137.923)	(122.838)
Demais Obrigações	18.447	13.355	Superávit (Déficit) do Exercício	(414.141)	105.183	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Passivo Não Circulante	110.000	107.853	As Notas Explicativas Integram as Demonstrações Financeiras.			Acréscimo do Imobilizado e Diferido por aquisições ou ajuste patrimonial	-	223.019
Exigível a Longo Prazo	110.000	107.853				Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	-	223.019
Receita Antecipada	-	-				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Patrimônio Constituído	(258.246)	155.896				Acréscimo/(Diminuição) em empréstimos e financiamentos de curto prazo	-	-
Patrimônio Social	155.896	50.713				Acréscimo em empréstimos e financiamentos de longo prazo	2.147	77.853
Reserva de Reavaliação	-	-				Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	2.147	77.853
Ajuste da Variação Patrimonial	-	-				Aumento/(Diminuição) das Disponibilidades	(135.776)	178.034
Superávit/Déficit do Exercício	(414.141)	105.183				Variação do Disponível:		
Total do Passivo	333.321	720.369				No início do período	364.443	186.409
As Notas Explicativas Integram as Demonstrações Financeiras.						No final do período	228.667	364.443
						Aumento/(Diminuição) do Disponível	(135.776)	178.034
						As Notas Explicativas Integram as Demonstrações Financeiras.		

Contratado X Realizado - 2019													
	1º Semestre			2º Semestre			Atividade Cirúrgica		Contratado		Realizado		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	
Consultas Médicas													
Primeiras Consultas Rede	8.772	6.832	(22,12)	8.772	6.372	(27,36)	Cirurgias ambulatoriais CMA	540	558	3,33	540	552	2,22
Interconsultas	2.202	2.132	(3,18)	2.202	1.987	(9,76)	Cirurgias ambulatoriais CMA	1.020	995	(2,45)	1.020	1.256	23,14
Consultas Subsequentes	10.968	12.350	12,60	10.968	13.634	24,31	Total	1.560	1.553	(0,45)	1.560	1.808	15,90
Total	21.942	21.314	(2,86)	21.942	21.993	0,23	SADT Externo	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos							Diagnóstico por Ultrassonografia	5.220	5.319	1,90	5.220	5.132	(1,69)
Consultas Não Médicas	3.600	4.890	35,83	3.600	4.515	25,42	Diagnóstico por Tomografia	60	74	23,33	60	155	158,33
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	4.680	7.115	52,03	4.680	5.368	14,70	Diagnóstico por Endoscopia	420	389	(7,38)	420	422	0,48
Total	8.280	12.005	44,99	8.280	9.883	19,36	Métodos Diagnósticos em Especialidades	1.620	1.985	22,53	1.620	1.904	17,53
							Total	7.320	7.767	6,11	7.320	7.613	4,00

Luiz Mario Pereira de Souza Gomes - Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto - Contador - CRC 1SP220769/O-9

Kolplast CI S.A.

CNPJ nº 59.231.530/0001-93

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Balancos patrimoniais						Demonstrações dos fluxos de caixa								
Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018	Fluxos de caixa das atividades operacionais		2019	2018			
Circulante		18.656	16.519	Circulante		16.373	16.042	Lucro líquido do exercício				2.477	1.485	
Caixa e equivalentes de caixa	2.2	1.729	174	Fornecedores	2.7	3.139	6.101	Ajustes para conciliar o resultado do exercício pelas atividades operacionais:						
Contas a receber	2.3	8.351	6.835	Empréstimos e financiamentos	2.8	5.451	3.400	Depreciações e amortizações				2.742	736	
Estoques	2.4	6.909	7.315	Tributos a recolher		738	177	Resultado na venda de imobilizado				127	-	
Tributos a recuperar		585	1.565	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.9	1.724	1.472	Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa				186	-	
Despesas pagas antecipadamente		142	161	Dividendos a pagar		-	-	Juros provisionados e não realizado				(996)	-	
Adiantamento a fornecedores		379	430	Outras contas a pagar		5.321	4.892	Variação de ativos e passivos operacionais						
Outros créditos		560	39	Não circulante		19.049	24.373	Contas a receber de clientes				(1.702)	(1.060)	
Não circulante		32.418	38.727	Empréstimos e financiamentos	2.8	9.005	10.090	Outros créditos				(471)	80	
Tributos a recuperar		-	243	Outras contas a pagar		10.044	14.283	Tributos a recuperar				1.223	(168)	
Depósitos judiciais		-	-	Patrimônio líquido		15.652	14.831	Estoques				406	(3.463)	
Investimentos		-	4.804	Capital social	2.10	11.582	11.582	Despesas antecipadas				19	(98)	
Imobilizado	2.5	15.049	14.562	Reserva de capital		1.097	1.097	Fornecedores				(2.962)	4.853	
Ágio	2.6	17.370	19.118	Reserva legal		2.973	2.152	Impostos e contribuições				2.229	(18)	
Total do ativo		51.074	55.246	Total do passivo e do patrimônio líquido		51.074	55.246	Obrigações trabalhistas				252	394	
Demonstrações do resultado		2019	2018	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				Outras obrigações				(3.810)	18.742	
Receita operacional líquida		53.889	34.999	Reservas				Créditos tributários				-	9	
(-) Custo dos produtos vendidos		(29.590)	(19.549)	Re- de lucros (prejuízos)				Imposto de renda e contribuição social pagos				(1.668)	(581)	
(=) Lucro bruto		24.299	15.450	Reser- acumulados				Caixa gerado nas atividades operacionais				(1.948)	20.911	
(+/-) Despesas/receitas operacionais		(16.697)	(12.192)	Capital de Ca- serva va de (reapre- sentado)				Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Gerais e administrativas		(16.852)	(12.419)	social pital legal lucros				Aquisição de imobilizado				(1.353)	(1.715)	
Outras receitas/(despesas) operacionais		155	228	Saldos em 31/12/2017	11.582	1.097	274	1.804	Aquisição de intangível				(255)	(2.000)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		7.602	3.258	Lucro do exercício	-	-	-	-	Investimentos				4.804	(4.804)
Receitas/(despesas) financeiras		(3.725)	(1.097)	Reserva legal	-	-	74	-	Ágio aquisição				-	(19.118)
Receitas/(despesas) de variação cambial		(3)	(74)	Dividendos distribuídos	-	-	-	-	Caixa consumido nas atividades de investimentos				3.196	(27.637)
(=) Resultado financeiro líquido		(3.728)	(1.171)	Saldos em 31/12/2018	11.582	1.097	348	1.804	Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
(=) Lucro antes dos tributos sobre o lucro		3.874	2.087	Lucro do exercício	-	-	-	-	Captações de empréstimos				5.889	-
(-) Imposto de renda e contribuição social		(1.397)	(602)	Reserva legal	-	-	124	-	Pagamento do saldo principal de empréstimos				(3.114)	8.040
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		2.477	1.485	Dividendos pagos	-	-	-	-	Pagamento do saldo de juros de empréstimos				(813)	-
				Retenção de lucro	-	-	698	(698)	Dividendos pagos				(1.640)	(1.411)
				Incorporação Adlin	-	-	-	(15)	Incorporação Adlin				(15)	-
				Saldos em 31/12/2019	11.582	1.097	472	2.502	Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos				307	6.630

Notas explicativas das demonstrações contábeis

1. **Contexto Operacional:** A Kolplast CI S.A. ("Kolplast" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que produz e distribui material de consumo e diagnóstico para a área da saúde e equipamentos eletromédicos de pequeno porte. 2. **Resumo das principais práticas contábeis:** 2.1. **Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)"). 2.2. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 2.3. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, seguindo o regime de competência. 2.4. **Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. 2.5. **Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os terrenos

não são depreciados. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação de outros ativos é calculada usando as taxas fiscais. 2.6. **Ágio:** O ágio apurado na aquisição de empresas, classificado como investimentos tem como fundamento: (i) expectativa de rentabilidade futura, (ii) valor de mercado de seus ativos imobilizados que está sendo amortizado mediante sua realização, através de depreciação ou baixas dos correspondentes bens. 2.7. **Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.8. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos

são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.9. **Benefícios a funcionários:** (a) Participação nos lucros: o reconhecimento dessa participação é efetuado quando do encerramento do exercício. O valor a ser pago aos funcionários a título de participação nos lucros é definido pela convenção coletiva de trabalho. 2.10. **Capital Social:** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 9.083.692 ações nominativas e sem valor nominal sendo: 7.721.138 ações ordinárias e 1.362.554 ações preferenciais.

A Diretoria

Daniilo Antonio Pereira - Contador CRC 1SP-295483/O-0

As demonstrações contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes estão arquivadas na sede da Companhia.